

HISTÓRIA, CULTURA E MEMÓRIA: A PROPOSTA DO GRUPO DE PESQUISA HISTÓRIA POPULAR DO NORDESTE¹

Antônio Fernando de Araújo Sá
Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe
Doutor em História Cultural pela Universidade de Brasília

RESUMO

Este artigo tem por objetivo delinear o projeto intelectual do *Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste* (UFS/CNPq), que, de um ponto de vista interdisciplinar, busca produzir leituras originais da realidade nordestina, tomando como referencial teórico o diálogo entre a história da memória e a história cultural. Para esta interlocução, escolhemos duas das principais vertentes da historiografia cultural contemporânea - os *Annales* e os *Cultural Studies* - para pensarmos sobre as relações entre cultura e sociedade, entre o simbólico e o social.

Palavras-chave: História Popular, Nordeste Brasileiro, História Cultural e História da Memória

ABSTRACT

This article sets out the intellectual goals of the Research Group on the Popular History of the Northeast (UFS/CNPq). The group seeks to produce original articles on northeastern realities, taking as a theoretical reference the dialogue between the history of memory and cultural history. To make these histories speak to each other, we choose two of the watershed sources of contemporary cultural historiography - the *Annales* and *Cultural Studies* to think about the relations between culture and society, between the symbolic and the social.

Key-words: Popular History, Northeast of Brazil, Cultural History and History of memory

¹ Versão revista de conferência proferida no Seminário Nacional 10 anos de História Popular do Nordeste (DHI/Mestrado em Letras(UFS)/Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - UFS) no dia 24 de outubro de 2007.

Criado em 1997, o Grupo de Pesquisa *História Popular do Nordeste* (UFS/CNPq), coordenado, atualmente, pelos professores Antônio Fernando de Araújo Sá e José Maria de Oliveira Silva, constitui-se em um projeto intelectual que tem como uma de suas principais características a discussão interdisciplinar na produção de leituras originais das realidades nordestina e sergipana. A opção por métodos qualitativos, como a história oral e a observação participante, e a utilização de categorias como memória coletiva, representação e imaginário sociais reitera a necessidade de um amplo debate interdisciplinar, especialmente entre história e sociologia, visando fundamentar as pesquisas do grupo. Partindo da premissa fundamental de que a natureza objetiva das relações de dominação-subordinação não pode ser separada das representações sociais não-materiais que delas são feitas, temos realçado o papel da memória no estabelecimento de consensos e conflitos no âmbito do imaginário social e como a produção da memória intervém na construção da identidade social e individual de uma coletividade. Contudo, valorizar o estudo dos bens não-materiais (discursos, representações) não significa prescindir da história social nem da história econômica, pois o que se deve evitar é o reducionismo, na medida em que a história “nasce nesses labirintos de criatividade e invenção” (LEONARDI, 1996, p.309).

Neste sentido, temos trabalhado na construção de duas linhas de pesquisa que convergem para os interesses intelectuais dos pesquisadores associados: *História e Memória e História Cultural*. No que se refere à primeira linha de pesquisa, temos por objetivo formar acervo de fontes orais para a história contemporânea do Nordeste brasileiro nos aspectos político-culturais das classes subalternas, com especial atenção para as complexas relações entre história, memória e identidades. Vale lembrar que estas relações foram sempre complexas, mutáveis e conflitantes. Por isso, utilizamos a idéia de *puzzle* para explicar essas relações, o que nos remete ao próprio mito grego de Mnemósine.

Como nos recorda Emmanuel Carneiro Leão, em Mnemósine, filha do céu e da terra e mãe de todas as musas, encontramos jogo e música, dança e poesia, representação e movimento. Esta palavra diz respeito a concentração da linguagem, a condensação do pensamento. Segundo o autor, o seu radical *émen* remete às experiências primogênicas de pensar, refletir, meditar. Assim, “para um grego, toda realização humana vive do fogo e se origina no furor do pensamento”. A lição do mito primordial de Mnemósine – a memória criadora – é, pois, a entrega de uma experiência primigênia, a experiência arcaica dos primórdios. “É, no

sentido desta experiência primordial, que Mnemósine, a memória geradora, se tornou no jogo do amor, a mãe de todas as forças criadoras da condição humana, as musas” (LEÃO, 2003, p.144 e 146).

As ressonâncias clássicas da relação história-memória somente serão deslocadas em meados do século XVIII, quando Voltaire afirma que a história não é questão de memória, mas de *razão* (DE DECCA, 1995). Ao longo do século XIX, a consolidação da disciplina da história e a profissionalização do historiador impuseram o domínio dos documentos escritos como fonte, em detrimento da tradição oral, excluindo, assim, do discurso histórico a memória em favor do fato. Nesta época, os historiadores identificavam as memórias como uma fonte dúbia para a verificação dos fatos históricos (KLEIN, 2000, FERREIRA, 1999: 1). No âmbito da chamada história “*tradicional*”, o historiador se apoderava da memória nacional e republicana para estruturá-la e arraigá-la em uma continuidade. A história aclarava o presente, pois o passado estava misturado no presente.

Entretanto, em meados do século XX, a relação da história e da memória se inverte. Desde então, a história está posta a serviço da memória, como se deduz da prescrição do “*dever*” de memória dirigida aos historiadores e que define sua função social no presente (PROST, 2001, p.295-296). Eis algumas razões para isto: a fascinação com a *experiência* da história, suplementando o interesse mais tradicional com as estruturas e eventos sócio-políticos; a crescente espontaneidade de vincular, explicitamente (ao invés de secretamente), a escrita histórica com as identidades de grupos particulares e o crescente sentimento de que a ordem social e cultural moderna tem uma tendência, na qual se precisa ativamente resistir, a obliterar a consciência do passado a partir das memórias pessoais (MEGILL, 1999).

A emergência da memória na cena da discussão historiográfica contemporânea vincula-se, então, as questões levantadas tanto pela história oral, em sua proposta de registro e análise dos testemunhos orais acerca do passado, quanto da história do presente, obrigando a rever o pressuposto da ruptura com o passado como garantia de um conhecimento objetivo. Com isso se estabeleceu uma nova relação entre a história e a memória, ao se questionar o papel da memória coletiva na história e na construção das identidades coletivas, a memória e o esquecimento como fenômenos políticos etc. Desde então, a memória torna-se objeto da história, passando a existir uma história da memória (MUDROVICIC, 1998-2000).

Desenvolvida no âmbito de um campo fragmentado, a história da memória tem sido mais praticada do que teorizada. Henry Rousso a define como o estado da evolução das representações do passado, entendidas como fatos políticos, culturais ou sociais, em que inclui tanto a análise histórica do acontecimento propriamente dito, como a análise de sua posteridade. Não se propõe aqui a análise de suas conseqüências, mas como se manifesta a sobrevivência ativa e passiva destas representações do passado no imaginário social e, portanto, nas práticas sociais das gerações posteriores. Neste sentido, a história da memória tem sido quase sempre “*uma história das feridas abertas pela memória*”, sobretudo uma manifestação das “*interrogações atuais e palpitantes sobre certos períodos que ‘não passam’*” (ROUSSO, 1996, p.95).

Pierre Nora afirma que a novidade da história da memória reside no fato de que é uma história crítica como um todo e não somente por seus próprios instrumentos de trabalho. Segundo o autor, de agora em diante, a história entrou em sua idade epistemológica, na medida em que ela “... *não se interessa pela memória como recordação, mas como economia geral do passado no presente*”. Trata-se, então, de compreender a administração geral do passado no presente, mediante a desconstrução de seus pólos de fixação mais significativos, isto é, “*uma história crítica da memória através de seus principais pontos de cristalização ou, dito de outro modo, da construção de um modelo de relação entre a história e a memória*” (NORA, 1998, p. 26 e 32-33).

Assim, a reconstrução histórica é necessária mesmo quando a memória social preserva o testemunho direto de um acontecimento, pois cabe ao historiador questionar este testemunho não por duvidar do relato, mas por que se assim não o fizer ele estará negando a sua autonomia como historiador no exercício de sua profissão. Ao mesmo tempo, o historiador estaria renunciado a sua independência com relação à memória social, baseada nos métodos próprios a sua ciência e na reivindicação do direito de decidir por si próprio (CONNERTON, 1999, p.16).

Então, os historiadores têm como sua primeira tarefa *historicizar* a memória, na medida em que o que se busca no passado é algo que pode ter-se perdido, mas que se coloca no presente como uma questão não resolvida, ou melhor, que é possível buscar um passado perdido a partir das tensões no imaginário do presente (BENJAMIN, 1985). Qualquer tentativa de usar a memória como fonte histórica tem que se confrontar desde o início com

o caráter subjetivo, embora social, da memória. Como os fatos sociais evoluem e mudam com o tempo, a memória há de ter a sua própria história e uma das “melhores maneiras de ver qual o papel da memória *para* a história é observar a memória *na* história” (FENTRESS & WICKMAN, 1994, p.20-21). Mas eles têm mostrado pouco interesse por estudos teóricos da memória enquanto tal, pois a memória só se torna vital quando inserida em contexto, pois é aí que começa a sua história.

Objeto difuso e com um amplo campo a percorrer no conhecimento humano, a memória foi inicialmente trabalhada pela sociologia e antropologia, que emprestaram um conjunto de conceitos e métodos de trabalho para o historiador. Entretanto, hoje a historiografia trilha seu próprio caminho na perspectiva do que Peter Burke (2000, p.73) chamou de “*história social do lembrar*”, isto é, a busca para identificar as “*normas*” de seleção das memórias social e individual e observar como variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, bem como a sua mutabilidade no tempo.

Do ponto de vista da teoria da história, o estabelecimento de novas relações entre o passado e o presente, por meio da emergência da memória no discurso histórico contemporâneo, conota forte dimensão subjetiva na construção das narrativas sobre o passado, tornando-se a imaginação histórica mais aparente do que em gerações anteriores tanto no discurso historiográfico profissional, quanto nos depoimentos de pessoas comuns. Como as práticas históricas se fundam sobre códigos culturais dados, os historiadores têm, nesta virada de milênio, estabelecido um diálogo frutífero com as relações entre passado e presente e de pensar a própria história. Talvez seja uma forma de exorcizar a dissolução das identidades sociais e, ao mesmo tempo, um sintoma da crise das memórias coletivas (vinculadas à nação e a classe social) que permitiam aos atores sociais situar-se na história e pensar o passado, o presente e o futuro.

Nesta medida, a memória e suas múltiplas fontes têm despertado entre os historiadores a busca de vozes dos atores sociais antes silenciados e dimensões do real até o momento pouco visíveis. Talvez o mais importante nisso seja o olhar crítico sobre o próprio ofício. Um dos principais surtos de expansão da Nova História Cultural é exatamente a história da memória, em que se explicita a importância dos esquemas ou estereótipos, na medida em que os acontecimentos ao retrocederem no tempo, perdem algo de sua especificidade e passam a se enquadrar nos esquemas gerais correntes na cultura. Ora, ao mesmo tempo em

que estes esquemas ajudam a perpetuar as memórias também efetuam sua distorção (BURKE, 2005, p.8).

Encontramos aqui a segunda linha de pesquisa do grupo, a *História Cultural*, que é vista como uma possibilidade de estudar a história social e cultural do Nordeste brasileiro, por meio dos movimentos sociais, numa criativa relação entre a história cultural com a história da memória. Podemos encontrar complexas raízes intelectuais que se cruzam e se intercalam em diversas tradições críticas do pensamento ocidental sobre o assunto.

Primeiro, E. H. Gombrich recorda-nos que, no âmbito da tradição do pensamento da Europa moderna, desde o Iluminismo, a história era convencionalmente história cultural, no que concerne às questões relativas a ascensão e queda das civilizações. Era uma história escrita sob a profunda influência do pensamento de Hegel, sendo mais filosófica do que propriamente histórica. A história representava, assim, a expressão concreta da marcha da “civilização”, julgada em termos de alta cultura. A expressão mais aguda de tal historiografia é a obra de Jacob Burckhardt. De certa forma, toda a tradição da historiografia da cultura pode ser descrita como série de intentos sucessivos para salvaguardar a hipótese nuclear de Hegel, sem aceitar sua metafísica. Mas é exatamente a convicção da existência de um espírito coletivo e independente o principal obstáculo para o desenvolvimento de uma autêntica história cultural (GOMBRICH, 1977, p.39 e 52).

O caminho escolhido para a superação dos obstáculos interpostos no diálogo entre a história da memória e a história cultural foi a seleção de duas das principais vertentes da historiografia cultural contemporânea - a da historiografia dos *Annales* e a dos *Cultural Studies* britânicos -, na medida em que ambas as tradições críticas intervêm, de forma vigorosa no século XX, no diálogo sobre as relações entre cultura e sociedade, entre o simbólico e o social, buscando fugir tanto das ambições totalizantes do hegelianismo clássico, quanto dos determinismos presentes na teoria marxista.

No âmbito da tradição historiográfica produzida pelos *Annales*, penso que a história da memória e a história das mentalidades parecem compartilhar de uma agenda e propósito comum, bem como de um sentido de moda e crise, pois a grande atração da história da memória parece ter como suas próprias incertezas e ambas as histórias dependem dos problemas postos e dos métodos utilizados. É interessante realçar dois movimentos cruciais para esta interlocução: que a história da memória seja mais rigorosa teoricamente em

articular o relacionamento entre o social, o político e o cultural e, ao mesmo tempo, ao uso desordenado e compreensivo da memória como um dispositivo explicativo que associa representação e experiência social.

Há uma possibilidade interessante de se articular a história da memória como história da mentalidade coletiva, permitindo que se use a memória para explorar questões mais profundas sobre o papel do passado em sociedade. Este argumento sugere que a história de memória pode ser útil não somente por pensar como o passado é representado dentro de um museu, de um centro de documentação, mas também sobre as convicções, práticas e representações simbólicas que as pessoas comuns fazem do passado. Além disso, ao tomar a memória como um estudo da mentalidade coletiva, a análise provê uma visão compreensiva de cultura e sociedade, que, freqüentemente, está ausente na história de memória, na medida em que há uma tendência fragmentária para focalizar memórias distintas (CONFINO, 1997, p.1389).

Não obstante ser instigante esta proposta, não pode deixar de levar em consideração o risco de uma visão homogênea da cultura e da memória, pois as contradições sociais e culturais presentes quando as pessoas comuns recordam ou produzem determinada leitura do passado invocam sutilmente um consenso, obliteram diferenças e tensões sociais.

Por outro lado, é interessante observar o fato de que a memória se produz também pela mediação da cultura, materializando-se em objetos culturais, que são operadores da memória social, isto é, são, ao mesmo tempo, documentos históricos e monumentos de recordação. Neste sentido, os objetos culturais se apresentam mais como uma conjunção, um entrecruzamento do que a suposta oposição entre “memória coletiva” e “história” (DAVALLON, 1999).

Paralelamente aos *Annales*, desde meados dos anos 1950, os Estudos Culturais britânicos e sua conexão com a História Social inglesa também conduziram à aproximação do social e do cultural, trazendo para o primeiro plano das questões historiográficas a noção de *representação* e a importância dos *processos simbólicos, a linguagem, os discursos, o texto, a oralidade* (FALCON, 2002, p.11-15).

As origens dos estudos culturais se relacionam, segundo Stuart Hall, com a publicação de três livros: *A formação da classe operária inglesa* (1963), de E. P. Thompson, *Cultura e Sociedade* (1958), de Raymond Williams e *Utilizações da Cultura* (1957) de Richard

Hoggart. Estes textos “seminais” e de “formação” fundamentaram a reflexão sobre cultura e sociedade nos anos 60/70, introduzindo elementos novos para se pensar as questões de cultura (HALL, 2003, p.131-159).

Nesse contexto, os livros de Hoggart e de Williams são referências deste debate, na medida em que o primeiro demonstra como a “sociedade de massa” buscava os valores e significados da cultura da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que rejeitava a polarização entre a cultura alta e baixa cultura. Neste sentido, Hoggart entendia a cultura popular como espaço de aprendizagem e formação de senso crítico, pois, ao conceber a cultura na sua contemporaneidade, ela resulta de processo de dominação e resistência (DALMONTE, 1999).

Já o segundo argumenta sobre a unidade de cultura-e-sociedade, no sentido de propor uma interligação entre cultura/vida social. Para Williams, o importante é não só analisar o conteúdo, mas também o emissor e o destinatário da mensagem cultural. Tomando as comunicações como um sistema de produção baseado materialmente e socialmente determinado, o autor foi sensível às implicações do desenvolvimento tecnológico sem cair no determinismo tecnológico, especialmente por conta do fascínio hoje exercido pelas novas tecnologias de informação. Por outro lado, vindo da tradição de estudos literários, Williams tratou também das especificidades do texto, sem cair no modismo teórico da autonomia absoluta do sistema de significados (GARNHAN, 1988, p.123-131).

No mesmo patamar, podemos incluir o livro de Thompson como renovador da abordagem cultural dentro da tradição marxista britânica, quando analisa as experiências da classe trabalhadora dos anos 1790/1830, partindo do questionamento do determinismo econômico e a negação da ação humana, na medida em que, para ele, “o marxismo pode ser melhor entendido como uma teoria da história, não como leis da história, em que os seres humanos vivem padrões de desenvolvimento pré-determinados” (KAYE, 1989, p.160). Assim, em seu magnífico livro, Thompson afirma que a classe é um “fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 1987, p.9).

Portanto, a primeira das “*viradas teóricas*” nos Estudos Culturais é a problematização do encontro entre os estudos culturais e o marxismo, já que o objeto privilegiado dos estudos culturais - cultura, ideologia, linguagem, simbólico - era insuficientemente desenvolvido pelo marxismo, por conta do seu reducionismo e economicismo (HALL, 2003, p.199-218). É neste sentido que, pensando a cultura no contexto de uma totalidade social em processo, Raymond Williams propõe que a teoria de hegemonia de Gramsci pode abrir para o estudo da cultura um campo de possibilidades políticas enormes, na medida em que realça que as formas de determinação política das práticas culturais devem ser pensadas de modo mais conjuntural e flexível do que o modelo marxista clássico. Inspirando-se nestas idéias, o autor reafirma a mobilidade das articulações políticas e ideológicas das práticas culturais, pois depende da rede de relações sociais e ideológicas na qual estão inscritas e como consequência dos caminhos por onde, em determinada conjuntura particular, se articulam com outras práticas (WILLIAMS, 1979).

Duas outras viradas teóricas incidem sobre os Estudos Culturais: o feminismo e as questões da raça. O feminismo produziu uma ruptura, ao reorganizar o campo de maneira bastante concreta, contribuindo para se pensar a questão do pessoal como político, o que abriu para problemas sobre o subjetivo e o sujeito. Também ao trazer a expansão radical da noção de poder, extrapolando a esfera do público, o feminismo propôs a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão do próprio poder. Além disso, proporcionou a reabertura da “*fronteira fechada*” entre a teoria social e a teoria do inconsciente, através da psicanálise. Neste sentido, as feministas contribuíram para diminuir a divisão entre as chamadas Humanidades e as Ciências Sociais, ao relacionar as categorias literárias e preocupações estéticas com as questões sociais (JOHNSON, 2004, p.15-16).

Já as questões de raça, a política racial e a resistência ao racismo estabeleceram uma ferrenha luta teórica, na medida em que evidenciava o profundo “eurocentrismo” da teoria marxista. Mas o que descentrou e deslocou o caminho do *Centre for Contemporary Cultural Studies* e, até certo ponto, dos estudos culturais britânicos foi a chamada “*virada lingüística*”: a descoberta da discursividade, da textualidade. A grande contribuição dos encontros com o trabalho estruturalista, semiótico e pós-estruturalista foi ressaltar a importância da linguagem e da metáfora lingüística para *qualquer* estudo da cultura, que “há sempre algo descentrado no meio cultural, na linguagem, na textualidade, na

significação; há algo que constantemente escapa e foge à tentativa de ligação, direta e imediata, com outras estruturas. E ainda, simultaneamente, a sombra, a estampa, o vestígio daquelas outras formações, da intertextualidade dos textos em suas posições institucionais, dos textos como fontes de poder, da textualidade como local de representação e de resistência” (HALL, 2003, p.211-212). O impacto desta “*virada lingüística*” para os estudos culturais se materializa nas afinidades eletivas com as idéias de M. Bakhtin, na medida em que, com *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, este último exerceu uma função crítica no deslocamento teórico geral da metáfora “base e superestrutura” para uma concepção do ideológico plenamente focado em discurso-e-poder. Com ele, se estabeleceu o caráter definitivamente discursivo da ideologia, ao afirmar que “O domínio da ideologia coincide com o domínio dos signos. (...) Tudo que é ideológico possui um valor semiótico” (HALL, 2003, p.230). Também Bakhtin reiterou que a luta pelo significado se dá como desarticulação e rearticulação dos diferentes índices de valor ideológico dentro do mesmo signo.

A propósito, o trabalho de Bakhtin colaborava em dar respostas às novas teorias da linguagem e à semiótica, ao enfatizar a linguagem como o meio por excelência através do qual as coisas são “*representadas*” no pensamento, sendo, portanto, o meio no qual é gerada e transformada. Porém, na linguagem, a mesma relação social pode ser *distintamente* representada e inferida. E isso ocorre porque a linguagem, por natureza, *não é fixada* a seus referentes em uma relação de um por um, mas é “*multireferencial*”: pode construir significados em torno do que aparenta ser a mesma relação social ou fenômeno.

Assim, a linguagem, enquanto meio de pensamento e do cálculo ideológico, é “polivalente”, o campo ideológico é sempre o campo das “ênfases interseccionadas” e da “intersecção de interesses orientados”. Essa abordagem substitui a noção de significados ideológicos fixos e ideologias de classe por conceitos de terreno de luta ideológica e a tarefa da transformação ideológica (HALL, 2003, p.286).

No âmbito deste debate, gostaria de destacar aqui os problemas da história da memória levantados pelo *Popular Memory Group* do *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham (Inglaterra), pois colaboram para a reflexão que vem sendo forjada no âmbito do grupo de pesquisa.

Inicialmente, é sugerido que, para definirmos *memória popular*, temos que ampliar o que entendemos por “*escrita da história*”, para além dos limites da escrita histórica acadêmica, pois devemos “incluir todas as maneiras pelas quais um sentido do passado é construído em nossa sociedade”. Na produção social da memória, todos participam, embora de modo desigual, e não necessariamente adquire uma forma escrita ou literária.

Também é necessário estabelecer um estudo *relacional* da “*memória popular*”, articulando a representação histórica dominante ao estudo sobre as experiências históricas subordinadas ou privadas. Assim, as memórias do passado aparecem como campo de disputas sociais em torno do sentido do passado, o que ocasiona, muitas vezes, contestações à “memória dominante”. É por isso que o estudo da memória popular implica *dois* conjuntos de relações: de um lado, “a relação entre memória dominante e formas a ela opostas em todo o âmbito público (inclusive o acadêmico)”, de outro, “a relação destes discursos públicos em sua dinâmica contemporânea com o sentido mais privatizado do passado que é gerado no interior de uma cultura vivida”.

Por fim, que a dominação política envolve definição histórica, na medida em que a “luta constante pela hegemonia tem um interesse substancial na história e particularmente na memória popular. A relação entre história e política, como a relação do passado e presente é, portanto, *intrínseca*: trata-se de políticas da história e de dimensões históricas da política” (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p.283, 286 e 287).

É na tensão entre objetivos históricos e políticos, entre cânones de objetividade e um interesse pela subjetividade e pelas formas culturais que, inspirada nestas reflexões, Yara Aun Khoury sugere que, na compreensão da transformação histórica, uma tarefa fundamental é

“explorar modos como memórias se fazem e se refazem, tensionam e se articulam na experiência diária, impregnadas não só nas falas, como nos gestos, comportamentos, rituais, tradições, costumes e sensibilidades; distribuídas em outdoors, propagadas pela mídia, forjando-se nos rumores de cada dia” (KHOURY, 2004, p.133).

Há aqui uma clara influência das reflexões de A. Gramsci no contexto dos estudos culturais. Segundo Gramsci, as idéias só se tornam efetivas se, ao final, elas se juntarem a

uma constelação particular de forças sociais. Neste sentido, a luta ideológica faz parte de uma luta social geral por controle e liderança - pela hegemonia. Portanto, a melhor forma de se conceber a relação entre idéias dominantes e classes dominantes é em termos de processos de dominação hegemônica. Neste sentido, no que se refere ao desempenho dos meios de comunicação na construção da hegemonia, há a sugestão de que “devemos analisá-los não apenas como suportes ideológicos dos sistemas hegemônicos de pensamento, mas também como lugares de produção de estratégias que objetivam reformular o processo social” (MORAES, S/D).

Foi com base nestas discussões internas do Grupo de Pesquisa *História Popular do Nordeste*, na convergência entre os estudos relativos a história cultural e história da memória, que os pesquisadores associados têm trabalhado com conceitos e métodos que permitam um contato mais próximo com os universos simbólico e material das classes populares, buscando “recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos” (PAOLI, 1992, p.25).

Portanto, é no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania que objetivamos construir um projeto intelectual coletivo em que, no contexto de uma sociedade democrática, as memórias e identidades de todos os grupos sociais e minorias sejam “*publicizadas*”, para que cada um deles possa conhecer e respeitar as outras versões do passado, e, por meio desse processo, compreender melhor o que os divide, mas também o que os une (GILLS, 1994, p.20).

BIBLIOGRAFIA

- BARRERA, José Carlos Bermejo. La historia, la memoria y el olvido. In: BARRERA, José Carlos Bermejo & MONROY, Pedro Andrés Piedras. *Genealogía de la Historia: Ensayos de Historia Teórica III*. Madrid: Akal, 1999.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BURKE, Peter. *Variiedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CONFINO, Alon. Collective Memory and Cultural History : Problems of Method. *The American Historical Review*. Volume 102, Issue 5 (Dec., 1997).
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2ª edição. Oeiras, Celta, 1999.
- DALMONTE, Edson Fernando. A Cultura Popular a partir dos Estudos Culturais Britânicos. In: *I Colóquio Brasil/Grã-Bretanha de Estudos Culturais/XXII INTERCOM*. Rio de Janeiro: INTERCOM, 1999. Capturado em fevereiro de 2005.
- DAVALLON, Jean. A Imagem, uma Arte da Memória. In: ANCHARD, Pierre [et. al.]. *Papel da Memória*. Campinas/SP : Pontes, 1999.
- DECCA, Edgar Salvadori de. Desavenças da história com a memória. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- FALCON, Francisco. *História Cultural: Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FENTRESS, James e WICKMAN, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. In: ____ (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GARNHAM, Nicholas. Raymond Williams, 1921-1988: A Cultural Analyst, A Distinctive Tradicion. In: *Jornal of Communication*. 38 (4), Autumn, 1988.

- GILLS, John R. – Introduction: Memory and Identity: the history of a relationship. In: GILLS, J. R. (ed.). *Commemorations: The Politics of National Identity*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- GOMBRICH, Ernst H. *Tras la Historia de la Cultura*. Barcelona/Caracas/México: Editorial Ariel, 1977.
- GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória Popular: Teoria, Política e Método. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d' Água, 2004.
- HALL, Stuart. “Estudos Culturais – dois paradigmas”. In: *Da Diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu de (org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Estudos Culturais, 2).
- KAYE, Harvey J. *Los Historiadores Marxistas Britânicos*. Zaragoza: Prensas Universitarias, 1989.
- KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d' Água, 2004.
- KLEIN, Kerwin Lee. On the Emergence of Memory in Historical Discourse. *Representations*. University of California Press, Wntr 2000.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. O esquecimento da memória. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 153: 143/147, abr.-jun., 2003.
- LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos Sertões do Brasil*. Brasília: Editora da UnB/Paralelo 15, 1996.
- MEGILL, Allan. Memory. In: *Encyclopedia of Historians & Historical Writing*. Cambridge: Fitzroy Dearborn, 1999. Capturado no endereço eletrônico <http://historyonline.chadwyck.co.uk> em 31/1/2004.
- MITRE, Antônio. História, memória e esquecimento. In: *Dilemas do Centauro: Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

- MOMIGLIANO, Arnaldo. A Tradição Herodoteana e Tucídideana. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- MORAES, Dênis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. In: *Gramsci e o Brasil* (<http://www.artnet.com.br/gramsci>).
- MUDROVICIC, Maria Inês. Alguns consideraciones epistemológicas para una “Historia Del Presente”. In: *Hispania Nova: Revista de História Contemporânea*. nº 1, 1998-2000. Capturado no endereço eletrônico <http://hispanianova.rediris.es> em 13/4/2000.
- NORA, Pierre. La aventura de ‘Les Lieux de mémoire’. In : BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). *Ayer*. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporánea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia).
- PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- PROST, Antoine. *Doce Lecciones sobre la Historia*. Madrid: Cátedra, 2001.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína(orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.